



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 4 DE DEZEMBRO DE 2002

Obrigado por terem comparecido a este encontro de hoje. Na verdade, estamos juntando aqui, hoje, além de alguns Ministros da Casa mais diretamente ligados às questões sociais, os gerentes de vários programas da área social. E a razão pela qual estamos fazendo este encontro é porque recebemos esse prêmio chamado “Mahbub ul Haq”, um prêmio das Nações Unidas de que vocês têm conhecimento. Embora seja dado a mim, como pessoa, pelo exercício de liderança, este é um modo de dizer. Na verdade, quem recebe o prêmio é o País. E o País acelerou muito as transformações sociais, graças a um conjunto importante de programas, e os senhores e as senhoras participaram diretamente desse esforço.

Quero lhes dizer que fiquei muito contente, outro dia, quando o Presidente do Banco Mundial, Senhor James Wolfensohn, me trouxe umas tabelas para mostrar o seguinte: que, fazendo uma comparação do Brasil com certos países em desenvolvimento, notadamente a China, o México e Índia, eu creio, os dados revelavam que, a despeito do crescimento do PIB no Brasil não ter sido comparável ao desenvolvimento do PIB, por

exemplo, da China, o desenvolvimento social foi o mais célere, nos últimos anos – comparado com o dos países em desenvolvimento.

Isso faz lembrar que nós, na década de 70 – quando a maioria dos senhores não havia nascido ainda, mas eu e Pedro Parente já –, o que se dizia era que o Brasil crescia muito, e crescia, e, às vezes, chegava à taxa de PIB de 7%.

E tem uma frase famosa do General, creio que Médici, segundo a qual “o País está rico e o povo pobre”. Quem sabe eu não possa dizer o contrário agora, nem que o País esteja pobre, nem que o povo esteja rico? Na verdade, o País não cresceu tanto, economicamente, quanto nós gostaríamos, por mil razões, entre as quais não só as turbulências externas, mas também a falta de reformas, a falta de um ímpeto maior no aproveitamento de oportunidades, na década de 90 e na década de 80.

A verdade é que em nenhum ano o crescimento econômico foi negativo. Isso já é alguma coisa de notar. No acumulado do Plano Real, chegou a 31%. Houve, portanto, crescimento, a despeito das informações descontraídas que possam ocorrer. Não houve, também, crescimento espetacular; nenhum ano ultrapassou 5% e houve anos até de menos, como este ano, em que, se chegarmos a 1.7%, 1.8%, já ficaremos contentes, porque o ambiente geral do mundo não é muito propício. Não obstante, os dados sociais cresceram significativa e continuamente.

Então, isso mostra que as políticas sociais são um componente importante para a melhoria do bem-estar da população, não digo totalmente de forma independente do crescimento econômico. Obviamente, se nós tivéssemos tido recessão, se não tivesse sido possível haver recursos orçamentários e recursos da sociedade para atender a certas demandas sociais, obviamente nós não teríamos tido esse mesmo desempenho.

Isso mostra que há uma relativa autonomia da área social, na medida em que haja consciência das dificuldades, que são imensas, que temos de enfrentar para melhorar as condições de vida do povo. E mostra, também, que – e esses anos últimos foram de muitas restrições por causa dos problemas do desequilíbrio fiscal –, se houver uma política, como houve, que salvasse os programas sociais, será possível fazer-

se, ao mesmo tempo, um forte processo de ajuste e manutenção, e até, como foi o caso nosso, expansão do gasto social. O gasto social se expandiu ininterruptamente. Os dados não preciso repetir, os senhores já devem ter recebido um livro – espero que sim – sobre “A Era do Real”, onde se mostra com clareza a expansão continuada dos gastos sociais, ao mesmo tempo que estamos contingenciando outros gastos. Ou seja, a estabilização não se fez à custa dos mais pobres, nem se fez às custas da redução dos programas sociais.

É mais, portanto, um problema de orientação política, que chama a atenção, do que simplesmente um economicismo ou automatismo, em que basta ter mais recursos que as coisas melhoram. Não. É preciso utilizar bem os recursos, mesmo sendo escassos: quando bem utilizados, eles produzem um efeito positivo, têm um resultado positivo.

Um folheto que foi distribuído aí diz as razões pelas quais as Nações Unidas conferem esse prêmio, que significa isso que acabo de dizer: que o Brasil foi o país que mais celeremente melhorou a situação social, a despeito de um contexto global e doméstico, na área econômica, que não era propício. O que nos anima a dizer que há solução para os problemas do Brasil, a despeito do tamanho deles.

Imaginem o que poderia ser feito se, ao lado de uma boa política social, de um empenho, de um gasto adequado, de uma focalização sobretudo nos mais pobres, houvesse mais recursos disponíveis. Aí se pode, efetivamente, no decorrer de uma geração, superar essas situações de pobreza e de carência, que são não só de dinheiro, mas de educação, de acesso à saúde, de terra, e assim por diante.

Eu vou me permitir passar, aqui, uns poucos dados, para mostrar no que consiste essa rede de proteção social, como nós chamamos, que é um conjunto de programas – programas que permitiram, efetivamente, os resultados obtidos.

Não se pode dizer que no nível do emprego tenha havido um comportamento positivo – não foi –, embora não tenha havido uma crise explosiva de desemprego, como alguns apregoaram. Não aconteceu. Ainda esta semana, na revista *Veja*, o Primeiro-Ministro da Espanha,

Jose María Aznar, está comemorando o fato de que a Espanha conseguiu ter 9% de desempregados.

Nós, aqui, estamos, não comemorando, mas fazendo um esforço grande para não ultrapassar a casa dos 7%, 7,5%. E, se olharmos a nossa região, veremos que poucos países conseguiram ter desemprego desse nível. Esse nível é muito alto. Nós não estamos conformados com ele. Claro que se houvesse uma soma de emprego, a situação seria melhor ainda, mas não é suficiente. Realmente, nós tivemos, na década de 70, taxa de desemprego abaixo de 5%, e, não obstante, a pobreza não diminuía, porque a pobreza recai sobre os não empregados, sobre os excluídos, muito mais diretamente do que sobre os incluídos.

É claro que precisamos melhorar também a situação dos incluídos, até porque, quando se olham os dados sobre distribuição de renda no Brasil, o que se considera “os mais ricos”, nesta sala, todos, incluindo a imprensa, estão nessa categoria. O que é gritantemente difícil de aceitar. É que, na verdade, o nível de renda é muito baixo no conjunto da população.

Quando se diz que os 10% mais ricos tomam conta de 40% da renda, entre esses 10%, provavelmente, uma imensa camada dos que se pensam pobres está incluída nela – para se dizer o quão pobre são os outros, os não incluídos nessa camada.

O que fizemos com relação à questão da transferência de renda? Um conjunto de programas, que vocês conhecem e que atingiu uma população razoavelmente grande pela transferência de renda. Essa transferência foi composta da Bolsa-Alimentação; do PET, que é a erradicação do trabalho infantil; da Bolsa-Escola; do Auxílio-Gás; do Brasil Jovem, com agente jovem e desenvolvimento social e humano; e mais do Abono Salarial. Aí está o número de pessoas beneficiadas: Bolsa-Alimentação, 1 milhão e 200 mil; Erradicação do Trabalho Infantil, 810 mil; Bolsa-Escola, 8 milhões e 600 mil; Auxílio-Gás, 8 milhões e 108 mil.

Então, essas são as pessoas que, mesmo quando haja um aumento – e infelizmente tem que haver, às vezes – do custo botijão, não são atingidas, porque é uma população protegida. No Agente Jovem se paga

uma quantia por mês e abono salarial do PIS/Pasep, e esse programa pegou 4 milhões de pessoas. E lá estão os gastos em 2002.

Temos, portanto, programas diretos de transferência de renda. E continuam por aí, como a Bolsa-Qualificação, que atinge 10 mil e 400 pessoas; o Seguro-Desemprego, que é um programa importante, do FAT – foi criado a partir da Constituição de 88. Nós aumentamos a duração do auxílio e também o valor. A Aposentadoria de Pessoas Rurais, um programa antigo e de grande alcance social, porque mantém uma boa parte da população mais pobre no campo, que não cotiza para a Previdência, mas tem pelo menos um salário mínimo. Depois, o benefício de prestação continuada, a Loas, a Lei Orgânica de Assistência Social. Essa lei orgânica garante um salário mínimo. Já havia anteriormente à Constituição de 88 e continuou. Depois, com a implementação, a Loas – um programa novo, criado neste governo, no primeiro mandato, embora fosse já estabelecido por uma lei aprovada anteriormente, mas que não tinha sido implementada – atinge 1 milhão e 450 mil pessoas. E ainda há a Renda Mensal Vitalícia, um programa antigo, que alcança 720 mil pessoas.

Significativo nisso é o número de beneficiários: 36 milhões de pessoas. Hoje há dados que mostram o número de pobres no Brasil. Desses, 36 milhões estão sendo beneficiados por esses programas sociais. Mas os gastos já alcançaram 30 bilhões de reais. Acho significativo chamar a atenção para o fato de que esse gasto de 30 bilhões de reais significa transferência direta de recursos em dinheiro, por meio do cartão magnético, de mecanismos que já vamos referir, que evitam todos os mecanismos de clientelismo e de corrupção.

Agora, esses 30 bilhões correspondem a mais do que tudo que as pessoas físicas e jurídicas, no Brasil, pagam de Imposto de Renda ao Governo Federal. Como os senhores sabem, o Imposto de Renda se divide: uma parte vai para os estados e municípios, outra parte é do Governo Federal. Metade é do Governo Federal. A metade do Governo Federal é menos de 30 bilhões. Nós estamos dizendo que é cerca de 29 bilhões, talvez seja até um pouco menos do que isso.

Então, as pessoas podem ter certeza de que, no Brasil, o Governo, no que lhe compete, distribui renda diretamente, sob a forma monetária, tirando dos menos pobres e dando aos mais pobres. Digo “dos menos pobres” porque nós todos que estamos aqui não nos consideramos ricos, mas somos menos pobres e pagamos Imposto de Renda. Por isso o dinheiro total do Imposto de Renda que nós pagamos vai para os mais pobres. Evidentemente, o Tesouro tem uma caixa única. O dinheiro é jogado lá. Mas corresponde a isso.

Então, quando muitas pessoas dizem “Ah, não sei o que fazem do dinheiro do Imposto de Renda”, vai-se verificar e está tudo na Internet: no Siape, os dados estão disponíveis. O Imposto de Renda no Brasil, de pessoas físicas e jurídicas, agora é transferido diretamente aos mais pobres. E é mesmo aos mais pobres. Isso é preciso dizer com força, porque frequentemente nós vemos declarações de que não está havendo distribuição de renda no Brasil. Não. Está havendo distribuição de renda no Brasil, sim, pela via governamental. Essa é a forma direta de distribuição de renda. Obviamente, a distribuição de renda não se pode fazer sempre por esse mecanismo, nem se vai resolver o problema da pobreza só por esse mecanismo. Reitero: é preciso haver crescimento econômico e que haja aí uma distribuição na área privada, também, na parte da sociedade, que não depende de decisão do Governo, nessa mesma direção. O voluntariado, por exemplo, é algo importante também para complementar essas ações. E, além do voluntariado, mais importante do que tudo isso é a “correção” dos salários, que depende de aumento de produtividade, de contenção da inflação. Mas as políticas estão feitas, estão postas, para que o Brasil possa enfrentar o seu problema de pobreza.

Essa rede de proteção social ampara exatamente os mais vulneráveis entre os pobres. Vejam lá qual é o conceito de mais vulneráveis entre os pobres. Hoje, nos jornais, o IBGE publicou – nós não dispúnhamos desse dado – que nós temos, no Brasil, 54 milhões de pobres. Muito bem. Provavelmente desses os mais vulneráveis são esses trinta e poucos milhões que são atendidos. O que significa ser mais vulneráveis? São famílias onde as crianças estejam desde a gestação sendo beneficia-

das, famílias que tenham crianças, que sejam pobres, ou então em que as crianças estejam trabalhando. Nesse caso, o PETI, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, dá uma bolsa e dá escola. E há uma contraprestação, ou seja, não se dá o recurso simplesmente por dar o recurso: a família é obrigada, também, a melhorar a possibilidade futura dos filhos, que são obrigados a estarem na escola.

Jovens em situação de risco. Isso é um programa, Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que toma jovens em situação de risco e os coloca em programas sociais, notadamente no programa Alvorada, que teve um impacto muito forte nas zonas atingidas por ele, notadamente no Nordeste, embora não só lá.

As mulheres gestantes ou que têm filhos em fase de crescimento são favorecidas pelo Bolsa-Alimentação; os idosos, pelos programas que já mencionei, de renda mensal vitalícia, aposentadoria rural e benefício de prestação continuada; os desempregados, através dos programas do FAT e seguro-desemprego; os pequenos agricultores têm o seguro-safra, que foi uma inovação importante: se não conseguirem ter a safra, vão ter um rendimento em função disso; e há um seguro. Esse seguro implica que haja uma cotização, por parte do pequeno agricultor, pequeníssima, só para ser simbólica, do governo local, mas fortemente do Governo Federal. E as famílias de mais baixa renda têm o auxílio-gás para a compra do bujão. E, com o cartão do Governo Federal, as famílias pobres, cujo consumo de energia seja inferior a 220 quilowatts por mês, têm desconto no pagamento da energia. E famílias que estejam morando em municípios em área de emergência ou de calamidade recebem a Bolsa-Renda.

Alguns prognósticos. Como era a situação da chamada assistência social no Brasil? Nós sempre tivemos programas de assistência social. A questão toda é saber da eficiência desses programas e da capacidade efetiva de esses programas atingirem aqueles que devem ser alcançados. Nós tivemos Programa de Distribuição do Leite, no passado; Merenda Escolar, que era por 180 dias, um programa importante, embora, no passado, tenha sido centralizado em Brasília, as compras eram feitas em

Brasília e depois distribuídas; e houve muitos problemas de má decisão, às vezes até de corrupção, custo de transporte, etc.

Há também esses programas de benefícios de prestação continuada. A Loas propriamente dita foi instalada neste governo, mas havia alguns programas de benefícios continuados que já estavam ali estabelecidos e programas emergenciais de distribuição de alimentos em municípios atingidos pela seca. E aposentadoria rural. Isso já existia. Nós mudamos. Por que mudamos? Porque é importante insistir no sentido das mudanças e na necessidade de que elas não se percam. Primeiro, a merenda escolar passou a alcançar 360 dias. Ou seja, passou a ser, realmente, um programa nutricional forte. Isso atinge 36 ou 37 milhões de crianças. Todos os dias essas crianças comem na escola. Então, quando se fala em fome, que é um problema, há um maior programa de combate à fome, que é o Programa chamado de Merenda Escolar. O dinheiro é do Governo Federal. A compra é feita no local e há um controle feito pelas associações de pais e mestres. Então, esse programa descentralizado poderá ter imperfeições, mas o fato é que houve um avanço qualitativo, e não só quantitativo: dobrou o número de dias em que a criança come, como houve descentralização do programa. E aumentou muito o número de crianças nas escolas, até mesmo por causa desse incentivo à alimentação. Então, existe um programa. Criança, no Brasil, que está na escola, não passa fome

Ponto dois: 97% das crianças do Brasil estão na escola. Então, 97% das crianças no Brasil têm comida. É bom que os brasileiros saibam disso. E essa comida é paga pelo Governo Federal e é implementada pelo município e pela escola. É um programa de vulto. Talvez seja o maior programa de alimentação que exista, não sei se no mundo, porque a China pode ter mais do que isso, ou a Índia, por causa dos números lá. Mas é um programa imponente de alimentação e que combate a desnutrição.

Depois, na questão dos benefícios de prestação continuada, também da Loas, nós aumentamos de 340 mil pessoas para 1 milhão e 450 mil pessoas. Multiplicou por 4,5 o alcance desse programa.

Bom, ali há o programa de geração de emprego e renda, o Proger rural, assim como o Pronaf, além dos programas de transferência de renda. E eu mencionei já os programas de transferência de renda no item anterior. Estamos tratando de criar condições de qualificação para as pessoas. Programas como o Pronaf, de sustentação da agricultura familiar, não existiam. Ele dispõe de 4 bilhões de reais para o crédito às unidades familiares de produção. Não havia, era zero. O crédito rural, no Brasil, era feito, basicamente, no Banco do Brasil, para os grandes, que pagavam imposto subsidiado – e, aliás, uma boa parte não pagava. É a famosa dívida rural. Nós refizemos isso para os grandes e médios e criamos um programa, que não havia, para o pequeno produtor rural. Então, esse é um programa direto de sustentação, de sustentabilidade das condições de desenvolvimento.

É muito importante notar que o Governo, progressivamente, foi mudando a orientação, que era a da distribuição das cestas básicas. Um programa importante, foi criado, no Brasil, há muito tempo. Nós tínhamos o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Depois foi feito o Prodea, que funcionou. Mas nós verificamos, com as experiências do Comunidade Solidária, do Comunidade Ativa e outros programas mais, que a distribuição de alimento, em si mesma, não só contém muito problemas. Nós utilizamos as Forças Armadas, em certos momentos, no Nordeste, para evitar a corrupção ou saque, como existiam também as compras feitas no Sul para levar para o Nordeste. Não só: sabe Deus com que preço foram pagas essas compras, como o transporte. E se desorganizou a produção local.

Então, dar alimentação sob a forma de comida muitas vezes perturba o desenvolvimento sustentável. O que não quer dizer que, em certos momentos, não se tenha que dar cesta básica. Se é momento de uma crise muito grave, não tem outro jeito, tem que dar cesta básica. Mas é preciso tomar cuidado. Por exemplo: populações indígenas às vezes recebiam macarrão, e índio não come macarrão, na sua cultura não entra macarrão. Não tem cabimento: é muito melhor criar condições de sustentabilidade local.

Tenho dito sempre e é verdade: é muito ruim pensar que se vai descobrir a roda. Na Europa já foi feito isso há mais tempo, já passaram de um programa assistencialista direto, de distribuição de comida, para um programa de incentivo ao desenvolvimento social e da personalidade e criação de incentivos monetários; e ligaram esses incentivos monetários a compromissos como a questão de colocar a criança na escola, ou a ter um treinamento, ou fazer com que haja promoção da pessoa e integração dessa pessoa, por meios próprios, à produção e à dignidade da vida. Isso é o que nós fizemos. Nós mudamos a orientação, não pelo gosto de mudar: aproveitamos – porque ninguém, como eu digo, começa do zero – a experiência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, do Prodea, não destruimos a capacidade do governo de, num dado momento, fazer a distribuição de cesta básica, mas, progressivamente, criamos instrumentos mais aptos a reduzir efetivamente a pobreza e, o que é mais importante, ou tanto quanto, a dar dignidade à pessoa e condições de aprimoramento dela e de sua família, através da educação.

Nós fomos, portanto, avançando nessa direção. O Proger, um programa de geração de emprego rural e de treinamento rural, faz parte disso. Faz parte disso o programa da Bolsa-Escola, com garantia mínima de renda. E foi feito em 97. Esse programa teve um efeito enorme. Eu mostrei os números aí. Já são mais de 8 milhões hoje, quase 9 milhões de crianças. Então, houve uma mudança, não só quantitativa, que foi muito forte, mas também qualitativa.

Mais recentemente, em junho de 2002, nós lançamos o Cartão do Cidadão. Em outubro, já havia 3 milhões e 700 mil cartões distribuídos. Somados aos da Bolsa-Escola, também com o cartão, são 8 milhões de famílias. Oito milhões de famílias! Se multiplicar por cinco, são 40 milhões de pessoas, que estão já cobertas por esse programa.

Mais recentemente, em 2001, nós lançamos o cadastramento único. Em 2002, havia 4 milhões e 900 mil famílias cadastradas. Isso equivale também a cerca de 20 milhões de pessoas, ou seja, pouco mais da metade do número estimado de famílias pobres no Brasil.

Bom, qual é a vantagem disso? É que nós começamos desfazendo vários cartões. É muito mais razoável e racional centralizar num só cartão. A pessoa, tendo um só cartão, recebe todos os benefícios através desse cartão. Primeiro, isso facilita a vida da pessoa. Bolsa-Escola: se a mãe tem três filhos na escola, vai lá e recebe seus 45 reais. Se, além disso, tem o Auxílio-Gás, soma-se nesse cartão. Se tem a Bolsa-Alimentação, soma nesse cartão.

Isso permite facilitar e, ao mesmo tempo, o Governo ter melhor noção de qual é o montante efetivo que as famílias recebem, e corrigir eventuais desvios de finalidade dos programas, ou equilibrar melhor o gasto com esses programas. Enfim, é um avanço enorme.

E isso está sendo feito sempre mediante mecanismos eletrônicos e com o apoio decidido da Caixa Econômica Federal, que fez toda essa programação. Não foi fácil verificar como tecnicamente se chegaria a esse resultado. Também é uma maneira de ter maior prestação de contas à sociedade, porque os mecanismos não são do Governo, diretamente, há outros instrumentos, como a Caixa Econômica, que permeiam esse processo todo aí. Então, houve um avanço significativo na política social.

Agora, os resultados disso aí. Houve um aumento continuado do Índice de Desenvolvimento Humano. Esse Índice de Desenvolvimento Humano, na verdade, é um conceito criado por um economista hindu chamado Amartya Sen, que é professor de Harvard e, neste momento, está em Cambridge – já esteve aqui, pelo Brasil e é uma pessoa de grande criatividade, Prêmio Nobel de economia. E quem desenvolveu o índice, mesmo, foi Mahbub ul Haq, um economista paquistanês que trabalhou no Banco Mundial.

Foi todo um esforço havido no pensamento internacional sobre questão de desenvolvimento, de começar a mensurar a área social, para poder chegar a algumas conclusões, como a que eu disse há pouco: não há um automatismo entre o crescimento da economia e o bem-estar social. A grande questão é saber como se mede o bem-estar social. É possível? É possível criar indicadores do tipo dos indicadores econômi-

cos, como o PIB? O PIB, ninguém sabe qual é o conteúdo dele, mas todo mundo fala: “O PIB cresceu, o PIB não cresceu.”

Bom, agora temos o IDH: “Cresceu, não cresceu.” Só que do IDH nós sabemos o conteúdo, porque ele mede, basicamente, a expectativa de vida, a mortalidade infantil, a escolarização e a renda. Escolaridade e renda. É um índice complexo mas relativamente simples, porque mede essas variáveis que, de alguma maneira, dão conta do bem-estar ou do mal-estar social. Elas resumem.

Para poder diminuir a mortalidade infantil, tem que haver saneamento, tem que haver assistência médica. Para melhorar a escolaridade, idem, tem que haver um programa de acesso à escola, tem que haver escola pública, etc., etc. Então, o índice, de alguma maneira, resume o que está acontecendo na sociedade.

Isso aí mostra que o Brasil, como eu disse, dos anos 70 em diante, teve uma subida até 80, foi subindo, nunca parou de crescer, de melhorar a condição social do povo brasileiro. E não parou de melhorar porque existem programas sociais nos governos. Eu falei do federal, mas isso não é só assim, não. Há toda uma rede de programas, também municipais, também estaduais. Às vezes é o mesmo federal, com o nome mudado, às vezes são outros. Às vezes, o prefeito acrescenta um pouco de renda, de dinheiro, para os programas federais. Quer dizer, é uma interação, uma parceria muito grande.

E o resultado está aí. O resultado é que nós estamos subindo crescentemente na questão do IDH, e a fonte é o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Bem, vocês vêem que há um crescimento continuado desse índice. E, realmente, a situação de pobreza é quando está abaixo de 0,5. Nós nunca estivemos abaixo de 0,5. Isso, comparativamente: se formos pegar zonas mais pobres da América Latina ou da África, vamos encontrar países abaixo de 0,5:

O Brasil, mesmo nos momentos em que não estava essa maravilha – e ainda não é –, estava em 0,64. Mas, hoje, é 0,75. Possivelmente, nós já estamos na parte inferior dos países desenvolvidos: 0,8 é o patamar de país desenvolvido. Quer dizer, estamos nos aproximando, estamos no

ponto mais alto dos países de desenvolvimento intermediário. Quer dizer, basta um pouco mais de esforço – se bem que leva tempo para ter esse esforço.

Tenho o dado: numa década, nós chegamos ao nível de país desenvolvido. Olha o que aconteceu na última década: passa de – devia estar abaixo de 0,70, em 1990, não sei exatamente – 0,70 para 0,75. Nós subimos, em uma década, 5 centésimos. Se subirmos mais 5 centésimos em 10 anos, chegamos a 0,8, e, em termos de desenvolvimento social, o Brasil atinge o nível dos países de maior desenvolvimento social relativo – no seu patamar mais baixo. O que não resolve tudo, porque a questão da desigualdade continua. Isso aí é média. Então, você tem que ver qual é o problema da desigualdade.

Foi muito útil esse trabalho do IDH para nós, porque todos os programas aqui gerenciados foram com o olhar fixo no IDH. O que fomos fazer? Programas nas áreas onde o IDH é mais reduzido no Brasil.

O que é isso aí? É o rendimento por classe de renda, de 1993 igual a 100, até 2001. Ali estão os mais pobres. O que isso aí mostra? Mostra que, nesse período, os mais pobres, na verdade, tiveram maior crescimento de renda do que os mais ricos.

Renda é muito difícil de ser medida. E o índice mais simples disso chama-se Coeficiente de Gini, e todo mundo usa o Coeficiente de Gini. O Coeficiente de Gini se move muito pouquinho, no decorrer do tempo, em qualquer país. Por quê? Porque o sistema capitalista não gosta de distribuição de renda. Ele concentra renda. Você tem que dizer isso com toda clareza: o sistema capitalista é concentrador de renda. Se não houver programas sociais, consenso social, pressão social, luta social, a renda se concentra muito.

Bom, em qualquer país do mundo, o Gini se move muito devagarinho. Agora, o que ele mede? Ele mede a distribuição relativa de renda entre as camadas da população. Podem acontecer situações em que o Gini piore e a situação de vida da população melhore; e o oposto: em que o Gini melhore e a situação piore.

Por exemplo, nos Estados Unidos, nesses últimos anos, houve um aumento da concentração da renda. E a situação de todos melhorou,

porque a riqueza foi tanta que os mais pobres melhoraram. Só que os mais ricos melhoraram mais depressa.

E pode haver o oposto. Em algumas situações da África, o Gini é muito melhor que no Brasil, porque são tão pobres, e houve uma perda entre os que eram mais ricos, e os mais pobres não ganharam, que melhorou o Gini.

Então, o Gini, ele, em si, não diz nada. Estou cansado de ver referências ao Gini completamente equivocadas. Tem que ver o que está por trás desse indicador. Qual é a situação ideal? A ideal é quando a renda aumenta e aumenta mais depressa para os mais pobres e menos depressa para os mais ricos. Se parar de crescer entre os mais ricos também, diminui a poupança, diminui o investimento, tem crise econômica. Não é tão simples assim. Tira do rico e dá para o pobre: pára a economia. Então, é mais complicado do que se pensa e do que se fala. E convém não falar quando não se sabe. Ou então estudar para falar com propriedade.

O que aconteceu no Brasil? Os mais pobres tiveram um aumento. A renda não cresceu o que nós gostaríamos, mas os mais pobres tiveram sua renda proporcionalmente mais aumentada do que os mais ricos. Para ver isso não adianta pegar o número global, ou, então, fazer a média: tem que olhar o que está aqui. Isso aí desceu. Tem que ver cada grupo de dez. Aí você analisa de uma maneira mais direta. Ou seja, a situação dos mais pobres do Brasil, embora o número deles tenha, também, diminuído, ou melhor, a proporção tenha diminuído, na verdade eles ficaram pobres, mas um pouquinho menos pobres, comparando com os mais ricos – comparando “com”, não é em absoluto. Em absoluto também, porque a renda cresceu.

Mas, enfim, estou dizendo isso porque acho importante que as pessoas não comam gato por lebre, para saberem do que se trata. As políticas estão funcionando ou não estão funcionando. Quando eu disse que nós fizemos aquelas políticas todas que tiveram efeitos e agora a ONU vem e reconhece, é por causa disso aqui, do número que se publica a toda hora. “Tem um número enorme de pobres!” É verdade. Mas o que é ser pobre? Teve acesso a quê? Teve acesso à televisão? Teve acesso à

geladeira? Teve acesso à escola? Teve acesso à saúde? Proporcionalmente continua pobre, mas o nível e a qualidade de vida melhorou. Ou nós vamos mais e mais e mais olhar a qualidade crescentemente e cobrar a qualidade, ou, então, nós vamos nos enganar com os números. Esse indicador do IDH é muito bom, porque mede qualidade.

Aqui é renda das pessoas. Inclui renda de todas as fontes. Inclusive os benefícios, que é outro dado. Ou seja, nós só vamos ter o efeito dessas mudanças mesmo o ano que vem: em 2003 se vai poder medir o que aconteceu em 2002. Aqui, na verdade estão os rendimentos de 2001. E os programas tiveram esse impulso maior em 2001/2002. Portanto, quando sair o dado de 2003 é que nós vamos ver, realmente, o que aconteceu no Brasil com esses programas. (Adiante.)

Bom, isso é o dado. Por que o IDH melhorou? Olha a mortalidade infantil – o que aconteceu? Diga-se de passagem que nós tínhamos a expectativa, pelas Nações Unidas, de que ia chegar a 34 por mil. E nós chegamos a 29 por mil. Vejam, esses dados também são altamente discutíveis, não no sentido negativo: é no positivo. Agora é que está sendo feita uma pesquisa direta a respeito de mortalidade infantil. Há muitas hipóteses – e hipóteses antigas – nessa mensuração. O IBGE vai ter que ver, porque isso tinha que fazer cartório por cartório. É muito complicado. São aproximações. Mas não tem importância, porque, comparativamente, mede. Se erro havia, já havia no passado. Então, o dado que dão aqui pode ser menor do que isso, mas o que interessa aqui não é o número em si, é a tendência. E a tendência está nítida: de queda.

Bom, esses são dados conhecidos. A taxa de escolarização em 2001 era 96%. O último censo mostra já um pouco maior. Espero que em muito pouco tempo se chegue ao máximo. O máximo nunca é de 100%: é 98, qualquer coisa assim, por cento das crianças de 7 a 14 anos na escola. E isso eu reitero sempre. Quer dizer que nós estamos acabando com o analfabetismo no Brasil. Repito a mesma frase de sempre: Joaquim Nabuco dizia que a nódoa do Brasil era a escravidão, no século XIX; no século XX, é o analfabetismo. Essa nódoa nós podemos dizer com certeza, com firmeza, que acaba, porque estão todos na escola.

Quer dizer, se formos fazer agora, vamos inventar outros mecanismos mais complexos, como o “analfabetismo funcional”, que na França tem, nos Estados Unidos tem, na Alemanha tem. O nosso deve ser enorme, porque sempre a sociedade vai precisar melhorar mais, exigir mais, cobrar mais. E está certo que assim seja. Mas aquele analfabetismo básico, aquela massa que pesava porque ficava excluída de tudo, essa está acabando. O que nós temos ainda são os maiores de 14 anos. Por isso se diz que 10% da população ainda é analfabeta, no Brasil. Mais de 10%, 11%, não sei exatamente, o número corresponde a todos. Portanto, aqueles que nasceram lá atrás não tiveram escola. Agora, os que nasceram agora têm escola. Então, o analfabetismo é uma questão de tempo e desaparece no Brasil.

Vamos ter um outro problema, que é o analfabetismo computacional, digital. É outro problema. Mas isso é da vida: tem que criar novos problemas e temos de enfrentar novas questões. Vamos lá.

Bom, a redução do trabalho infantil atingiu 38% nesses seis anos, aí registrados. Deve ter sido um pouco mais no decorrer desse ano. Quer dizer, é uma redução muito expressiva. Eu não gosto muito de usar o número absoluto, porque o número absoluto engana. De qualquer maneira, melhor é o relativo. Nós tínhamos 5 milhões e 100 mil crianças, hoje temos 3 milhões e 200 mil crianças. Quer dizer, nós temos, aí, uma redução de 2 milhões e 900 mil crianças que saíram do trabalho infantil das piores formas, mais penosas, que são carvoaria, sisal, cana-de-açúcar. Essas nós estamos erradicando. Diga-se de passagem que aí está computado o trabalho agrícola, ou seja, as famílias que utilizam o trabalho no campo. E isso é muito usual; em toda sociedade cuja base agrícola é ampla, existe esse tipo de trabalho, de exploração. Melhor é que não tenha. De qualquer maneira, não é esse o mais agudo. O mais agudo é o trabalho, realmente, de risco. E esse, nós estamos erradicando.

Pobreza. Esse é um ponto curioso. Esse dado é conhecido, mas convém repetir. Infelizmente, ele está parando, ali, em 1999, é isso? 2000. Bem, aí o dado é muito claro: o Plano Cruzado teve um efeito muito forte na redução da pobreza, só que ele durou um ano: voltou a pobreza praticamente para os números anteriores. E, aí, ela se manteve elevada.

São milhões, acima de 60 milhões de pessoas. Em número relativo, devia ser o quê? Quase 50%, mais de 50%. Mas, em números absolutos, são acima de 60 milhões.

Quando chegou o Plano Real, ele reduziu a pobreza e fez o mais importante: manteve a redução da pobreza. Não foi um truque. Nem o Cruzado foi truque. O Cruzado o que não teve foi seqüência, na questão da política fiscal; então, voltou a inflação.

O pior imposto do mundo é o imposto inflacionário. Reduzir a inflação tem efeito imediato, como aí mostra, sobre o nível de pobres no Brasil.

Evidentemente, a taxa de população tem um aumento de 1.6% ao ano. Quando se vê em números absolutos, é mais complicado. Não obstante, mesmo em números absolutos, comparando-se com o que havia anteriormente, que era acima de 60 milhões, nós estamos em 54 milhões de pobres. Além disso, é preciso ver o seguinte: o Brasil tem uma população enorme. Qual é a população de pobres nos Estados Unidos? Não sei. Mas, se tiver 10% de pobres nos Estados Unidos, não sei se tem, porque também depende do critério, mas se houver, digamos, 10% de pobres, isso vai dar 25 milhões de pessoas. Se for na China, vai dar 130 milhões. É justo dizer que a China tem isso, ou que ela conseguiu chegar a 10%. Na China, é mais do que isso. Na China deve ser, sei lá, digamos, muito mais. Deve ser por volta de 40%, uma coisa assim. Mas não é justo dizer assim, porque a China vai ter 400 milhões de pobres. Tudo bem, é muito mais apto ver a proporção, em que se depende do tamanho da população. O número absoluto de ricos também vai dar uma distorção, vai dar a impressão de que países pobres têm muitos ricos. Se eles forem muito numerosos, depende da proporção.

Então, é preciso tomar cuidado com a análise desse dado também. O importante, de novo, é a tendência disso e qual o nível de pobreza. Esse pobre está tendo proteção social pelas redes, está tendo acesso à escola, a saúde chega até ele. Porque isso está medindo renda. Isso não está medindo outra coisa. Linha de pobreza é uma definição em função, sei lá, da quantidade de dólar que ganha por dia. E um dólar dá uma coisa, dois é outra coisa. E, muitas vezes, se compara com critérios distintos. A

linha de pobreza, em certos trabalhos das Nações Unidas, é de um dólar por dia; aqui é de dois. E outra coisa: que dólar? Qual é o poder de compra desse dólar? Claro que se desconta isso tudo. Quando se mostram essas linhas, já se tomou a precaução de fazer o ajuste.

De qualquer maneira, não se pode traduzir facilmente. Só tem uma coisa: tem muito pobre. De qualquer maneira, não há outra conclusão: tem muito pobre. Você pode dizer o seguinte: a despeito de ter muito pobre, os programas sociais melhoraram ou estão tentando melhorar a qualidade de vida desses pobres. E não houve um aumento do número de pobres, senão que em certos momentos se reduziu o número de pobres – e, sobretudo, o número de indigentes, que é a linha verde que ali está. (Aponta.)

O número de indigentes caiu mais rapidamente que o número de pobres. Por quê? Porque são os diretamente atingidos por esses programas de ajuda social, que são focalizados. O que mostra, de novo, que não é só a renda monetária ou a renda do trabalho: são outros tipos de renda e outros mecanismos de proteção social que garantem – aí é renda mesmo – a diminuição do número de indigentes. Nós chegamos a ter, em 85, 30 milhões de indigentes. Hoje, temos cerca de 20 milhões de indigentes. Não é consolo, porque o número de 20 milhões de indigentes assusta. Embora nós sejamos 175 milhões de pessoas, proporcionalmente é pouco. Não estou dando esses dados para dizer que não haja problemas. É o contrário: é para dizer que é preciso fazer mais. Mas fazer mais, não digo o mesmo, mas na mesma direção, porque a direção está dando certo. Essa é que é a moral da história. Não é por acaso que vem a ONU e diz: “Está dando certo.” É porque está dando certo. Não resolveu, mas deve-se sempre comparar como era. Ficou igual? Piorou ou melhorou? Não há nenhum dado, desses que estou mostrando, nenhum que tenha melhorado em função do que se diz.

Bem, agora nós estamos, aqui, fazendo uma coisa mais sofisticada. Graças à capacidade técnica disponível no Brasil, do Ipea, do IBGE, dos técnicos do Governo, nos vários Ministérios envolvidos nessa matéria, estamos suscitando uma análise mais fina desses processos todos. Chama-se Índice de Desenvolvimento Familiar. Está sendo cria-

do. Houve um trabalho muito grande, desenvolvido primeiro pelo Instituto João Pinheiro, depois pelo Ipea em colaboração com as Nações Unidas – PNUD –, que permitiu houvesse uma avaliação do IDH município por município. Isso não foi produzido pela ONU: foi produzido por nós, aqui no Brasil, referendado pela ONU, com os técnicos da ONU, etc. Então, nós hoje temos a capacidade, que não tínhamos, de ver em cada município brasileiro o que está acontecendo com essas variáveis que mencionei aqui. Isso permite o quê? Permite focalizar melhor as políticas públicas. Permite ter-se uma avaliação do que dá certo e do que não dá certo.

E nós estamos, agora, pedindo que haja uma sofisticação nessa matéria. Não sei se temos aí os dados. Temos. Então, vamos ver. Nós vamos fazer o índice de desenvolvimento – já está feito o Índice de Desenvolvimento Familiar. Isso foi feito pelo Ipea mais o Professor Carlos Alberto, da Universidade de Brasília. Fizeram esse aperfeiçoamento, que é esse Índice de Desenvolvimento Familiar, que mede a vulnerabilidade da família. Vulnerabilidade quer dizer: tem idosos na família? Tem crianças na escola? Tem crianças sendo amamentadas? Tem deficiente físico? Tem, enfim, esse conjunto de indicadores que mostra que a família é mais vulnerável. Depois, qual é o acesso que essa família tem ao conhecimento, enfim, a escolaridade da família. Acesso ao trabalho, qualificação da família. Acesso ao trabalho: tem acesso? Está desempregado? Quantos trabalham na família? Etc. A dificuldade de recursos globais, porque a unidade familiar é mais interessante para se ver essas outras questões, porque às vezes um trabalha, outro não trabalha, um é aposentado, outro tem uma bolsa. Qual é a disponibilidade de recursos? Qual é o desenvolvimento infantil? Não sei exatamente o conteúdo da expressão, mas deve ser trabalho precoce. E condições de habitação.

Quer dizer, com este índice complexo, nós já temos os dados aí para 91? Como não há comparação, não adianta estar mostrando. Mas vai-se mostrar o seguinte: hoje temos condições de ver quase que microscopicamente o que está acontecendo, do ponto de vista das condições de vida da população brasileira, e o que se pode fazer para melhorar. E com este grau de complexidade. Quer dizer, é um passo adiante do IDH.

Isso permite que o Brasil, daqui para frente, se seguir um caminho de sensatez, possa efetivamente atuar de maneira realística, objetiva e vigorosa nos programas sociais, diminuindo as perdas, desde que não invente a roda ou que não se faça uma roda que só ande para trás. Com essa condição, o Brasil tem a possibilidade de, num período – sem exagerar – de 10 a 20 anos, se equiparar nessa matéria aos países desenvolvidos. Vou repetir o que tenho dito há muitos anos: eu conheci a Espanha pobre, para não falar de Portugal pobre. Isso faz 40 anos, quarenta e poucos anos.

O Presidente Aznar referiu-se recentemente, nessa entrevista da revista *Veja*, a fato semelhante, quanto a Espanha cresceu e como a Espanha cresceu, quais foram os mecanismos e tal. Que dizer, no decurso de 40 anos – mesmo a França, depois da guerra –, esses países se transformaram em países afluentes. Bom, nós não estamos querendo tanto, nós achamos que é possível, num período de 10 a 20 anos – não menos que isso, que milagre não existe –, fazer com que o conjunto da população brasileira alcance os níveis de bem-estar de países, digamos, do tipo de Portugal. Isso é possível ser alcançado. E hoje nós temos, graças aos esforços dos senhores e das senhoras, não só os programas, mas os métodos de avaliar esses programas, temos a capacidade técnica de examinar o que está acontecendo. E tudo isso com transparência: o que estou dizendo aqui pode ser checado por qualquer pessoa, porque os dados são públicos, são disponíveis e auditados pelas Nações Unidas, pelo Banco Mundial, pelo Ipea, pelo IBGE, que funcionam não como braços do Governo, mas como organismos técnicos autônomos. Esse é outro dado importante da situação do Estado no Brasil, do Governo do Brasil. Quer dizer, uma instituição como o IBGE, por exemplo, publicou, ontem, um dado que nós não sabíamos que ia publicar, nem qual era o dado. Isso é positivo, mostra que esse Instituto funciona independentemente do Governo, e precisa continuar funcionando assim para ter credibilidade e para o Governo, ele próprio, não se iludir, poder olhar o retrato não desenhado por ele próprio, mas desenhado por outro. Pode ser bom, ser mau, pode ser mais ou menos, dá para fazer uma plástica, mas é preciso saber se dá para fazer a plástica ou não, ou

se tem que fazer uma operação mais radical ou se não tem solução. Enfim, encarar o problema. Essa é a situação.

De modo que eu queria, ao terminar esta exposição, agradecer a todos que estão aqui presentes pelo que de fato nós conseguimos nesses 8 anos. Na verdade, isso começa com o Plano Real. E também não quero fazer injustiça. Como eu disse aqui, programas sociais havia antes. O Brasil não começou com o Real. Havia programas de antes. Apenas nós melhoramos alguns. Tivemos, graças à estabilização da economia, capacidade de comparar mais, de ver melhor, ter um retrato mais objetivo da sociedade. Mas, certamente, se não fosse também a dedicação dos gerentes desses programas, dos Ministros dessa área, os apoios havidos no Congresso... Precisa não esquecer. Se não houvesse o Fundo de Combate à Pobreza, em tramitação, também nós não teríamos podido dar esse salto. Quer dizer, isso se deve, também a iniciativas que não foram, às vezes, nem de Governo. O Governo simplesmente soube aproveitar a iniciativa, muitas vezes, de terceiros. E é normal que assim seja. Infelizmente, não soubemos aproveitar ou não pudemos aproveitar todas. Mesmo a discussão no Congresso, permanente, sobre o que se faz com o dinheiro, como se faz essa estabilização. E aquele refrão: "O povo está pagando." Nós estamos mostrando que quem está pagando aqui não é o mais pobre, não. A estabilização da economia brasileira beneficiou os mais pobres. Não foi uma estabilização feita às custas dos mais pobres. Pelo contrário, ela beneficiou os mais pobres.

Se não houvesse essa competência que, no fundo, é na cabeça de cada um de vocês, um esforço de cada um de vocês, nós não teríamos conseguido.

Por isso eu queria ter esta reunião, que é mais de agradecimento do que de qualquer outra coisa.

Muito obrigado.